**Entidade:** Naturtejo, E.I.M.

**Destinatário:** Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

**Assunto:** Processo de Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3800 — Central Solar Fotovoltaica de Sophia e LMAT associada

**Referência:** PL20241217011247

**Documento em apreciação:** Central Solar Fotovoltaica de Sophia e LMAT associada - Relatório Ambiental, procedimento ao abrigo do artigo 16.º, outubro de 2026.

# 1. Objeto e âmbito do parecer

Na sequência da solicitação de parecer pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), a Naturtejo, E.I.M., enquanto entidade administradora do Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO, emite o presente parecer sobre o projeto da Central Solar Fotovoltaica de Sophia e respetiva Linha Elétrica de Muito Alta Tensão (LMAT) de ligação à subestação do Fundão.

A apreciação incide especialmente sobre os potenciais benefícios e impactes do projeto para as comunidades locais, a paisagem, o património geológico e cultural, a identidade territorial e as atividades económicas que sustentam o desenvolvimento da região, considerando igualmente os efeitos cumulativos decorrentes da concentração de projetos de produção e transporte de energia no território.

A análise tem como referência o Relatório Ambiental apresentado no âmbito do procedimento previsto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, sem prejuízo das competências próprias da APA e das demais entidades com responsabilidades em matéria de ambiente, conservação da natureza, ordenamento do território e património cultural.

A Naturtejo reconhece a importância estratégica da transição energética e da descarbonização da economia. Contudo, considera que a avaliação da viabilidade ambiental de grandes projetos energéticos deve integrar, para além da produção de eletricidade renovável, os efeitos territoriais de longo prazo, a distribuição dos benefícios e dos custos entre os diferentes grupos sociais e a compatibilidade com os valores naturais, geológicos, paisagísticos e culturais que sustentam o desenvolvimento das comunidades.

No caso em apreciação, esta abordagem assume particular relevância por a central se localizar nos concelhos de Idanha-a-Nova e Penamacor, em território integrado no Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO, e por a linha elétrica associada interferir com uma região mais vasta, abrangendo também o concelho do Fundão.

# 2. Enquadramento territorial e relevância do Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO

O Geopark Naturtejo constitui um território reconhecido internacionalmente pela relevância do seu património geológico, pela diversidade das suas paisagens e pela articulação entre geodiversidade, biodiversidade, património cultural e atividades humanas tradicionais.

O Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO constitui uma área classificada integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), nos termos do artigo 9.º, n.º 1, conjugado com o artigo 27.º, n.º 2, alínea f), do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade. Este enquadramento decorre do reconhecimento internacional dos geoparques ao abrigo da Decisão do Conselho Executivo da UNESCO (161 EX/Decisions, 3.3.1), adotada em 2001, relativa aos geossítios e geoparques. Consequentemente, a avaliação de projetos com potencial para transformar significativamente este território deverá atender à relevância da sua classificação no âmbito do SNAC e à necessidade de salvaguardar o património geológico, a geodiversidade, os valores naturais, a integridade da paisagem e os objetivos de desenvolvimento sustentável que fundamentam o reconhecimento internacional do Geopark Naturtejo.

A estratégia de desenvolvimento do geoparque assenta na conservação e valorização do património, na educação, no turismo sustentável, na participação das comunidades e na promoção de atividades económicas compatíveis com os recursos e a identidade do território.

A paisagem da Beira Baixa não corresponde apenas a um enquadramento visual. É um recurso territorial multifuncional, resultante da interação histórica entre substrato geológico, relevo, solos, disponibilidade hídrica, vegetação, agricultura, pastorícia, povoamento e práticas culturais. A sua integridade contribui diretamente para a atratividade turística, para a qualidade de vida das populações e para a diferenciação económica do território.

A relação visual e funcional entre os núcleos habitados, os campos agrícolas, os montados, as manchas florestais, as linhas de água e os elementos patrimoniais constitui parte importante desta identidade. A alteração extensiva e persistente deste mosaico pode comprometer valores que não são integralmente substituíveis por medidas de integração paisagística ou por compensações financeiras.

Importa igualmente esclarecer que o reconhecimento como Geoparque Mundial da UNESCO não equivale, por si só, à classificação do território como área protegida nem determina automaticamente a inviabilidade de projetos de energias renováveis. Todavia, este reconhecimento internacional implica uma responsabilidade acrescida na demonstração de que as intervenções propostas são compatíveis com a conservação do património, a integridade da paisagem e os objetivos de desenvolvimento sustentável assumidos para o território.

Neste contexto, a Naturtejo entende que a inserção do projeto num geoparque da UNESCO deve constituir um elemento substantivo da avaliação territorial, e não apenas uma referência de enquadramento administrativo.

# 3. Caracterização do projeto e alterações introduzidas

De acordo com o Relatório Ambiental, a solução reformulada contempla uma central fotovoltaica com potência instalada de 573 MWp e capacidade de injeção na rede de 420 MVA, integrando um sistema de armazenamento de energia em baterias e uma subestação.

A ligação à rede elétrica será efetuada através de uma linha aérea de 400 kV, com aproximadamente 22 km, entre a subestação da central e a subestação do Fundão. Mantêm-se em avaliação dois corredores alternativos para a linha, Norte e Sul, devendo a solução definitiva ser selecionada em fase posterior.

A reformulação do projeto resultou na eliminação dos setores de implantação A, B e C, concentrando a central nos setores D, E e F, e na redução das infraestruturas elétricas inicialmente previstas.

Segundo os elementos apresentados, a potência instalada diminuiu de cerca de 867 MWp para 573 MWp; a área vedada passou de aproximadamente 1 736,5 ha para 1 176,5 ha, correspondendo a uma redução de cerca de 32%; e a área fotovoltaica diminuiu de cerca de 390 ha para 250 ha, representando uma redução de aproximadamente 36%.

Estas alterações constituem melhorias relevantes face à configuração anteriormente avaliada, designadamente pela redução da ocupação territorial, da continuidade dos blocos de painéis e da extensão dos impactes associados à implantação do projeto.

A Naturtejo reconhece, assim, o esforço de reformulação efetuado pelo promotor e a importância das medidas destinadas a reduzir os impactes negativos anteriormente identificados.

Todavia, a redução da dimensão do projeto não equivale necessariamente à eliminação dos impactes significativos. A área vedada continua a representar uma ocupação territorial expressiva, agora na sua totalidade em área do Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO, e a manutenção de uma potência instalada elevada implica que permaneçam efeitos sobre a paisagem, os usos do solo, a perceção do território e a articulação com outras infraestruturas energéticas.

Consequentemente, a apreciação da solução reformulada deverá incidir não apenas na comparação quantitativa com o projeto inicial, mas também na sua compatibilidade efetiva com a capacidade de acolhimento do território e com os objetivos de conservação e desenvolvimento do Geopark Naturtejo.

# 4. Benefícios potenciais do projeto

## 4.1. Produção de energia renovável e descarbonização

A central contribuirá para a produção de eletricidade a partir de uma fonte renovável, para a diversificação do sistema energético e para a redução da dependência de fontes de energia com maiores emissões de gases com efeito de estufa.

O Relatório Ambiental estima uma produção média anual de aproximadamente 1 132 GWh, ao longo de uma vida útil considerada de 40 anos, e uma redução de emissões de cerca de 888 964 toneladas de $CO_2$ equivalente face à produção de uma quantidade equivalente de eletricidade por fontes alternativas, segundo os pressupostos utilizados no estudo.

Estes benefícios são relevantes e devem ser devidamente ponderados na decisão.

Não obstante, a quantificação dos benefícios climáticos deve ser interpretada em conjunto com os impactes associados à construção, à utilização dos solos, à implantação das infraestruturas de transporte e à transformação da paisagem. A sua avaliação deverá assentar em pressupostos transparentes e consistentes, não podendo o contributo para a descarbonização ser utilizado como fundamento suficiente para desvalorizar impactes territoriais significativos.

## 4.2. Benefícios económicos e sociais para as comunidades

O projeto poderá gerar benefícios para as comunidades locais através do arrendamento de terrenos, da contratação de trabalhadores e serviços, da aquisição de bens, da dinamização de atividades económicas e das compensações legalmente previstas para os municípios.

O Relatório Ambiental apresenta ainda um Programa de Benefícios Partilhados de natureza voluntária, com um investimento global anunciado de 20 360 400 euros ao longo de 42 anos, organizado em quatro eixos: Energia, Comunidade e Território, Produtividade e Qualificação e Turismo Local.

Entre as iniciativas referidas encontram-se medidas de redução da pobreza energética, apoio social, apoio a instituições locais e bombeiros, prevenção de incêndios, empregabilidade, qualificação profissional, pastorícia e turismo sustentável.

A Naturtejo considera positiva a existência de um programa estruturado de benefícios partilhados e reconhece a importância de mecanismos que permitam converter parte do valor económico gerado pelo projeto em benefícios duradouros para as populações.

Todavia, a existência de um programa financeiro não demonstra, por si só, que os benefícios serão suficientes para compensar os custos territoriais, nem que estes serão distribuídos de forma equitativa. A avaliação deve considerar a natureza, a duração, a adicionalidade, a previsibilidade e a efetiva execução dos benefícios, bem como a sua relação com os impactes concretos suportados pelas comunidades.

Deverá igualmente distinguir-se a criação temporária de emprego durante a construção da criação de emprego permanente e qualificado durante a exploração. A estimativa de postos de trabalho, a contratação local e a retenção de valor económico na região devem ser sustentadas por indicadores verificáveis.

### 4.3. Compatibilização com a atividade agrícola e pastoril

A proposta de manter atividades agropecuárias nas áreas compatíveis com a exploração fotovoltaica poderá contribuir para uma utilização multifuncional do território.

A Naturtejo considera que a continuidade da pastorícia, a manutenção de sistemas agrícolas tradicionais e a preservação dos solos de maior aptidão produtiva devem constituir prioridades na gestão da área de implantação.

Contudo, a compatibilidade entre produção energética e atividades agropecuárias deverá ser demonstrada através de condições concretas de utilização do solo, acesso, disponibilidade de água, manutenção de vegetação, gestão do risco de incêndio e continuidade económica das explorações.

A possibilidade de desenvolver pastorícia entre painéis não deve ser automaticamente equiparada à manutenção integral das funções agrícolas e ecológicas anteriormente existentes. É necessário avaliar a sua viabilidade real, incluindo a capacidade de suporte, os custos de gestão e a duração dos compromissos assumidos.

## 5. Impactes sobre a paisagem e a identidade territorial

A paisagem constitui uma das principais preocupações da Naturtejo relativamente ao projeto.

O parecer anteriormente emitido pela Comissão de Avaliação identificou impactes negativos significativos a muito significativos, incluindo a transformação do mosaico agrícola-florestal, a artificialização extensiva do território, a afetação de solos produtivos e a alteração da perceção visual de referências paisagísticas e turísticas.

Entre os locais cuja sensibilidade foi salientada no processo encontram-se a Aldeia Histórica de Monsanto, Penha Garcia, geossítios e percursos turísticos associados à paisagem da Beira Baixa.

A Naturtejo reconhece que a exclusão de setores inicialmente previstos, a redução da área de painéis, o aumento da descontinuidade entre blocos e o reforço das estruturas verdes constituem melhorias importantes.

Ainda assim, subsistem três questões essenciais.

**Primeira: a transformação estrutural da paisagem.** A implantação de uma central desta dimensão altera a relação entre os usos do solo, a vegetação, os espaços abertos e os elementos construídos. Mesmo quando os painéis não são diretamente visíveis a partir

de determinado ponto, podem verificar-se alterações na continuidade dos usos rurais, na organização do território e na perceção global da paisagem.

**Segunda: a eficácia das medidas de integração paisagística.** As cortinas arbóreas e arbustivas podem reduzir a visibilidade de algumas infraestruturas, mas não anulam necessariamente a transformação territorial, nem produzem resultados imediatos. A sua eficácia depende da localização, da composição com espécies autóctones, da manutenção, da disponibilidade hídrica e do tempo necessário ao crescimento da vegetação.

**Terceira: a relação com o património e a experiência turística.** A integridade paisagística de Monsanto, Penha Garcia e de outros locais de interesse constitui um recurso económico e cultural. Os impactes devem ser avaliados não apenas a partir dos pontos de observação isolados, mas também ao longo dos percursos de acesso, dos itinerários de visitação e dos espaços onde os visitantes experienciam a paisagem. Além disso, existem aldeias nas proximidades da área de implantação da central que possuem grande potencial de desenvolvimento turístico que deve ser tomado em consideração.

Neste sentido, a Naturtejo considera necessário que a avaliação paisagística inclua simulações visuais representativas, devidamente georreferenciadas, com cenários de desenvolvimento da vegetação e análise das condições sazonais, identificando as áreas em que os impactes permanecem significativos após a aplicação das medidas propostas.

Deverá ainda ser demonstrado que as estruturas verdes propostas são exequíveis, financiadas e sujeitas a manutenção durante a vida útil do projeto.

A Naturtejo considera que a integração paisagística não deve ser entendida apenas como uma medida corretiva de ocultação dos painéis, mas como uma estratégia de conservação e recuperação da estrutura ecológica e cultural da paisagem.

# 6. Património geológico, geodiversidade e valores naturais

O Geopark Naturtejo integra um património geológico de relevância internacional, articulado com habitats, comunidades biológicas e paisagens que contribuem para a identidade territorial e para a oferta de geoturismo.

A implantação de uma central fotovoltaica e das respetivas infraestruturas pode produzir efeitos diretos ou indiretos sobre afloramentos rochosos, formas de relevo, solos, linhas de água, vegetação e relações visuais que contribuem para a interpretação dos processos geológicos e da evolução da paisagem.

A Naturtejo considera, por isso, essencial que a definição final do projeto assegure a identificação e salvaguarda dos elementos de geodiversidade presentes nas áreas de implantação, nos acessos, nas zonas de estaleiro e nos corredores da linha elétrica.

A exclusão de afloramentos rochosos relevantes, a preservação das formas de relevo e a prevenção de alterações desnecessárias da drenagem natural deverão ser integradas no

projeto de execução. Deverá igualmente ser garantida a articulação com o inventário de património geológico e com os valores interpretativos identificados pelo Geopark Naturtejo.

No domínio da biodiversidade, a manutenção dos corredores ecológicos da Raia Norte e da Raia Sul, das galerias ripícolas, dos habitats sensíveis e dos povoamentos de sobreiros, azinheiras e carvalho-negral assume particular importância.

A fragmentação dos habitats e a redução da conectividade ecológica devem ser avaliadas numa escala territorial adequada, que não se limite aos polígonos de implantação da central. A linha elétrica deve igualmente ser considerada, nomeadamente quanto ao risco de colisão e eletrocussão da avifauna e à articulação com outras infraestruturas existentes ou previstas.

A Naturtejo entende que estas medidas deverão ser traduzidas em cartografia vinculativa e em condições verificáveis de execução, monitorização e correção.

# 7. Impactes sobre as comunidades e a economia local

A apreciação socioeconómica deve considerar simultaneamente os benefícios financeiros diretos e os potenciais custos indiretos suportados pelas comunidades.

A região possui atividades económicas cuja competitividade depende da qualidade ambiental, da paisagem, da autenticidade cultural e da conservação dos recursos naturais, incluindo a agricultura, a pastorícia, o alojamento turístico, a restauração, as atividades de natureza e as experiências de turismo de natureza e cultural.

A eventual transformação da paisagem ou a redução da atratividade de determinados locais poderá repercutir-se sobre a procura turística, o investimento privado e as oportunidades de diversificação económica. Estes efeitos podem ser graduais, difusos e difíceis de quantificar, mas não devem ser considerados inexistentes apenas por não corresponderem a perdas patrimoniais diretamente mensuráveis.

A Naturtejo considera que a avaliação deve incluir uma análise explícita da relação entre o projeto e as estratégias de desenvolvimento turístico dos municípios abrangidos, bem como a identificação dos empreendimentos, percursos, pontos de visitação e atividades económicas potencialmente afetados.

O Programa de Benefícios Partilhados deverá ser objeto de avaliação quanto à sua capacidade para responder a necessidades efetivamente identificadas no território, evitando que o apoio a algumas iniciativas seja apresentado como compensação global por impactes que afetam recursos coletivos.

Em particular, as iniciativas de valorização turística devem ser definidas em articulação com as entidades que gerem os recursos e os produtos turísticos relevantes, incluindo os municípios de Penamacor e de Idanha-a-Nova, o Geopark Naturtejo e as Aldeias Históricas de Portugal, quando aplicável.

A Naturtejo considera igualmente importante que o modelo de governação do programa assegure transparência, participação efetiva das comunidades, prestação pública de contas e avaliação independente dos resultados.

O envolvimento das populações não deve limitar-se à realização de reuniões ou à recolha de contributos. Deve permitir demonstrar como as preocupações apresentadas foram consideradas, quais as decisões alteradas em consequência desse processo e que mecanismos existem para responder a impactes imprevistos durante a construção e exploração.

# 8. Impactes cumulativos e capacidade de acolhimento do território

A avaliação dos impactes cumulativos constitui um dos aspetos mais relevantes para a decisão sobre a Central Solar Fotovoltaica de Sophia.

O Relatório Ambiental identifica outros projetos fotovoltaicos existentes ou previstos na região, bem como infraestruturas de transporte de energia. Entre os projetos referidos encontram-se as centrais de Boidobra, Cabeço Vermelho, Fundão, Horta Solar do Ferro e Quinta do Prazo, assim como projetos previstos de Fajarda, Juncal, Dominguiso, Fundão, Mourisco e Fundão-Penamacor.

A estes projetos acrescem linhas elétricas, subestações e outras infraestruturas energéticas, cuja interação pode aumentar a fragmentação territorial, a exposição visual e a pressão sobre os recursos naturais e as atividades económicas.

A reformulação de Sophia reduz a contribuição específica do projeto para estes efeitos. Contudo, o próprio Relatório Ambiental reconhece que persistem impactes cumulativos negativos e significativos, em particular sobre a paisagem, a fauna e a socioeconomia, nas zonas onde se sobrepõem visualmente várias centrais, linhas elétricas e subestações.

A Naturtejo considera que a afirmação de que o conjunto dos projetos fotovoltaicos representa menos de 1% da área dos territórios administrativos considerados não é, isoladamente, suficiente para demonstrar a sua compatibilidade com a capacidade de acolhimento do território.

Uma percentagem reduzida da superfície total pode corresponder a uma concentração espacial elevada em determinadas unidades de paisagem, corredores ecológicos, áreas agrícolas, zonas de elevada sensibilidade visual ou espaços fundamentais para o turismo e a identidade local.

Assim, a avaliação cumulativa deve considerar a localização, a concentração, a conectividade e a distribuição territorial dos projetos, e não apenas a área total ocupada em relação à superfície dos municípios ou do geoparque.

A Naturtejo considera necessária uma análise cumulativa integrada, atualizada e cartograficamente consistente, que inclua, pelo menos, os seguintes aspetos:

1. **Ocupação e artificialização do solo:** área efetivamente ocupada por painéis, área vedada, acessos, subestações, estaleiros, linhas elétricas e restantes infraestruturas, distinguindo projetos existentes, licenciados, aprovados, em avaliação e previstos.
2. **Paisagem e exposição visual:** análise conjunta das centrais, linhas e subestações, com identificação de zonas de sobreposição visual e dos impactes sobre Monsanto, Penha Garcia, geossítios, percursos turísticos, povoações e empreendimentos turísticos.
3. **Conectividade ecológica:** avaliação dos efeitos conjugados sobre corredores ecológicos, habitats, avifauna e continuidade dos espaços naturais.
4. **Agricultura e pastorícia:** identificação da perda ou fragmentação de áreas produtivas, da pressão sobre os solos de maior aptidão agrícola e das possíveis incompatibilidades com projetos de regadio e estratégias municipais de desenvolvimento rural.
5. **Recursos hídricos, erosão e incêndios rurais:** avaliação das interações entre alterações da cobertura do solo, drenagem, erosão, gestão da vegetação e risco de incêndio, considerando os efeitos conjugados das diferentes infraestruturas.
6. **Socioeconomia e turismo:** avaliação dos efeitos acumulados sobre a atratividade turística, a qualidade da paisagem, as atividades económicas tradicionais, o investimento local e a distribuição territorial dos benefícios.
7. **Rede elétrica e compatibilidade entre projetos:** demonstração da compatibilidade dos corredores de ligação com as restantes linhas e centrais previstas, incluindo a Central Solar Fotovoltaica Fundão-Penamacor, e verificação das distâncias de segurança e das condições de implantação dos apoios.
8. **Capacidade de acolhimento territorial:** definição de critérios objetivos para identificar as áreas em que a concentração de infraestruturas energéticas pode comprometer os valores ambientais, paisagísticos, económicos e sociais do território.

A avaliação deverá ainda distinguir os impactes temporários dos permanentes, bem como os efeitos reversíveis dos que possam implicar perdas duradouras ou dificilmente recuperáveis.

A Naturtejo considera que a análise cumulativa não pode ser remetida exclusivamente para o projeto de execução, sobretudo quando envolve decisões de localização, corredores elétricos ou ocupações territoriais cuja viabilidade depende da articulação entre projetos distintos.

### 8.1. Recomendações para uma estratégia territorial de desenvolvimento fotovoltaico mais sustentável

Neste contexto, a Naturtejo sugere à Agência Portuguesa do Ambiente que promova, em articulação com as entidades responsáveis pelo ordenamento do território, energia, conservação da natureza e desenvolvimento regional, a elaboração de uma Estratégia de Desenvolvimento mais Sustentável de Projetos de Centrais Fotovoltaicas. Esta estratégia deverá assentar numa abordagem territorial integrada, orientada para evitar a concentração excessiva de grandes infraestruturas em paisagens sensíveis e para distribuir de forma mais equilibrada os benefícios da transição energética.

Como princípio orientador, propõe-se que, por cada modelo centralizado de grande dimensão, sejam promovidos dois modelos descentralizados de produção fotovoltaica, ajustados às características e necessidades de cada território. Estes poderão incluir, designadamente, instalações em coberturas de edifícios públicos, industriais, comerciais e agrícolas; aproveitamento de áreas artificializadas ou já infraestruturadas; comunidades de energia renovável; autoconsumo coletivo; e soluções de produção associadas a equipamentos e atividades locais. A proporção proposta deverá ser estudada e operacionalizada através de critérios técnicos, económicos, ambientais e de rede, sem constituir uma regra automática aplicável indistintamente a todos os contextos.
A estratégia deverá definir critérios de localização preferencial e de exclusão, metas de descentralização, mecanismos de participação das comunidades, instrumentos de partilha local dos benefícios e indicadores para avaliar os efeitos cumulativos sobre a paisagem, a biodiversidade, os solos, os recursos hídricos, a rede elétrica e as economias locais. Deverá ainda privilegiar, sempre que viável, a utilização de superfícies construídas e de áreas previamente artificializadas, bem como a integração da produção fotovoltaica em usos compatíveis, reduzindo a pressão sobre solos produtivos e territórios de elevado valor natural, geológico, paisagístico e cultural.
A adoção desta abordagem permitiria à APA dispor de um quadro estratégico de referência para a avaliação de projetos individuais e dos seus impactes cumulativos, promovendo uma transição energética não apenas de baixo carbono, mas também territorialmente equilibrada, socialmente justa e compatível com a conservação dos recursos que sustentam o desenvolvimento sustentável das comunidades.

# 9. Medidas e condições consideradas necessárias

Face ao exposto, a Naturtejo considera que uma eventual decisão favorável deverá depender da demonstração de que os impactes residuais são compatíveis com os valores territoriais em presença e de que as medidas propostas são concretas, exequíveis e sujeitas a acompanhamento.

Nesse sentido, propõem-se as seguintes condições e recomendações:

## 9.1. Salvaguarda da paisagem e do património

- Consolidar a avaliação da visibilidade da central e das infraestruturas elétricas a partir dos principais pontos de interesse paisagístico, geológico, cultural e turístico.
- Garantir a preservação dos elementos relevantes de geodiversidade e dos geossítios identificados na área de influência do projeto.
- Assegurar a execução e manutenção das estruturas verdes com espécies autóctones, metas de sobrevivência, calendarização e financiamento definidos.
- Avaliar a necessidade de novos ajustamentos de implantação nas áreas onde os impactes paisagísticos residuais permaneçam significativos.

### 9.2. Proteção dos solos e dos sistemas ecológicos

- Demonstrar a efetiva exclusão das áreas de maior aptidão agrícola e a compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis.
- Garantir a continuidade dos corredores ecológicos e a salvaguarda dos habitats sensíveis e das galerias ripícolas.
- Integrar planos de controlo de erosão, drenagem, gestão de vegetação e prevenção de incêndios, com monitorização e medidas corretivas.
- Assegurar que a implantação definitiva da linha elétrica minimiza a afetação da avifauna, dos habitats e da paisagem.

### 9.3. Benefícios partilhados e participação comunitária

- Apresentar um plano operacional com calendário, responsabilidades, montantes anuais, beneficiários elegíveis, critérios de seleção e indicadores de resultado.
- Garantir a participação efetiva dos municípios, das juntas de freguesia, das associações locais e das entidades representativas dos setores agrícola, turístico e ambiental.
- Prever relatórios públicos periódicos e auditoria independente, incluindo a avaliação da distribuição territorial dos benefícios.
- Promover a articulação prévia das medidas turísticas com a Naturtejo e as entidades responsáveis pelos produtos turísticos potencialmente afetados.

### 9.4. Monitorização e gestão adaptativa

- Estabelecer indicadores de acompanhamento dos impactes paisagísticos, ecológicos, socioeconómicos e turísticos, com uma situação de referência anterior à obra.
- Garantir a divulgação dos resultados da monitorização às entidades públicas e às comunidades interessadas.
- Definir mecanismos de resposta e correção perante impactes não previstos ou superiores aos estimados.
- Assegurar que as responsabilidades de manutenção, recuperação e desativação se mantêm durante todo o ciclo de vida do projeto, com garantias adequadas para a recuperação ambiental final.

### 9.5. Avaliação cumulativa regional

- Atualizar a cartografia de todos os projetos energéticos existentes e previstos relevantes para a análise.
- Demonstrar a compatibilidade dos corredores elétricos e das infraestruturas associadas com os restantes projetos.
- Apresentar uma síntese territorial integrada dos impactes cumulativos, com identificação dos locais críticos e das medidas necessárias para evitar ultrapassar a capacidade de acolhimento do território.

# 10. Conclusão e posição da Naturtejo, E.I.M.

A Naturtejo reconhece os benefícios associados à produção de energia renovável, à descarbonização do sistema energético e à possibilidade de criação de oportunidades económicas e sociais para as comunidades locais.

Reconhece igualmente que a reformulação da Central Solar Fotovoltaica de Sophia representa uma melhoria face à solução inicialmente avaliada, sobretudo pela redução da potência instalada, da área vedada, da superfície de painéis e das infraestruturas elétricas associadas.

Todavia, a análise do Relatório Ambiental permite concluir que permanecem questões relevantes relacionadas com a transformação da paisagem, a compatibilidade com as atividades económicas locais, a proteção dos valores naturais e geológicos e os efeitos cumulativos da concentração de projetos energéticos na região.

A Naturtejo considera que a dimensão territorial do projeto, a sua localização num território que é área classificada e reconhecida pela UNESCO e a importância da paisagem para a economia e a identidade das comunidades exigem uma demonstração particularmente rigorosa da aceitabilidade dos impactes residuais.

O reconhecimento de benefícios climáticos e económicos não dispensa essa demonstração, nem permite presumir que os impactes são compensáveis através de medidas financeiras ou de integração paisagística.

Nestes termos, a Naturtejo entende que **não se encontra suficientemente demonstrada, com base apenas na reformulação apresentada, a aceitabilidade global dos impactes residuais e cumulativos do projeto para os valores paisagísticos, naturais, geológicos e socioeconómicos do Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO**.

Em consequência, emite-se **parecer desfavorável à aceitação do projeto na ausência de demonstração adicional e objetiva da compatibilidade territorial e da efetiva minimização dos impactes cumulativos identificados**.

Caso a Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental considere possível prosseguir a avaliação, a Naturtejo entende que qualquer eventual decisão favorável deverá ficar dependente da resolução das questões identificadas, da integração das condições propostas no procedimento de avaliação e licenciamento e da definição de mecanismos de monitorização, transparência e responsabilização.

A decisão deverá ainda assegurar que as medidas de compensação e de benefícios partilhados não substituem a obrigação de evitar e minimizar os impactes negativos na origem, em particular quando estes incidam sobre valores territoriais coletivos, a integridade da paisagem e os recursos que sustentam o desenvolvimento sustentável das comunidades.

A Naturtejo manifesta, por fim, a sua disponibilidade para colaborar com a APA, os municípios, as restantes entidades competentes e o promotor na identificação de soluções que conciliem a transição energética com a conservação do património geológico, a integridade da paisagem, a valorização das atividades económicas locais e a concretização dos objetivos do Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO.

Pela Naturtejo, E.I.M. Entidade administradora do Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO

naturtejo

**Naturtejo - Empresa de Turismo EIM**

Contribuinte n.º 506 836 860

O Presidente do Conselho de Administração

Geopark Naturtejo | Naturtejo EIM
Av. Nuno Álvares, n.º 30
6000-083 Castelo Branco, Portugal

+351 272 320 176
geral@naturtejo.com
www.naturtejo.com